“PLANOS DE PROMOÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL DO SECTOR DO GÁS NATURAL”

- COMENTÁRIOS EDP GÁS À CONSULTA PÚBLICA DA ERSE -

A. ENQUADRAMENTO

No passado dia 26 de Março de 2010, a ERSE submeteu a consulta pública a proposta para as novas regras dos PPDA's do sector do gás natural, o que agradecemos.

Neste contexto, apresentamos as questões que identificámos como críticas no documento proposto, esperando desta forma contribuir positivamente para a elaboração da versão final do mesmo.

B. QUESTÕES IDENTIFICADAS

Comunicação com a ERSE:

O artigo 4.º da presente proposta estabelece um prazo de 20 dias de calendário para resposta às solicitações da ERSE. Dada a imprevisibilidade das mesmas, consideramos mais adequado que os referidos 20 dias sejam úteis, e não de calendário.

Relatórios de execução:

Dada a publicitação já exigida ao PPDA, medidas implementadas e sua execução, consideramos excessivo o relatório de execução semestral previsto no artigo 22.º, propondo que se mantenha a lógica de reporte anual em vigor, e prevista também no artigo 23.º.

No que compete ao conteúdo do relatório anual, e tal como previsto no ponto 4., o termo de responsabilidade assinado pelos Revisores Oficiais de Contas terá custos específicos que deverão ser reflectidos para efeitos tarifários.

Medidas elegíveis:

Para que as medidas apresentadas sejam transparentes e cumpram com os requisitos definidos no documento em análise, é importante clarificar alguns conceitos de aceitação, como é o caso do previsto no artigo 9.º, ponto 1, alínea c), no qual a ERSE

refere que “são elegíveis as medidas que cumpram um mínimo de qualidade, tendo em consideração os critérios de avaliação estabelecidos no presente diploma”.

No ponto 3 do artigo 9.º está previsto o financiamento parcial de medidas. A EDP Gás defende que este financiamento parcial das medidas que excedam os montantes previstos no PPDA deverá ser considerado como custo/investimento aceite para efeitos tarifários, ao considerar-se que fazem parte de uma medida de interesse para a protecção ambiental, com mais-valias para os consumidores de gás natural.

Conteúdo das candidaturas:

Para que a informação previsional para efeitos de PPDA esteja em linha com a informação financeira para efeitos de tarifas, as estimativas discriminadas e justificadas dos custos totais para efeitos tarifários previstas no artigo 11.º, ponto 1, alínea c) devem ser apresentadas para o ano civil e não para o semestre tal como definido no documento em análise

A EDP Gás solicita esclarecimentos adicionais quanto aos indicadores de custo-eficácia referidos no ponto 1, alínea d) do artigo 11.º, já que nos parece precoce a sua apresentação na fase de candidatura. Adicionalmente, não nos parece clara qual a distinção entre os indicadores de custo-eficácia e os indicadores de eficiência previstos no artigo 11.º, ponto 1, alínea e).

Avaliação das medidas:

Por forma a fomentar a transparência na avaliação das medidas propostas pelas empresas e a qualidade das mesmas, será de todo o interesse a publicação da pontuação obtida em cada um dos critérios de avaliação previstos no artigo 13.º.

Reafecção de custos:

Tal como defendido para a reafecção de custos entre anos (artigo 26.º, nº4), o mesmo deveria ser aplicado à reafecção de custos entre medidas, desde que devidamente justificado e não ultrapassado o valor previsto para aquele ano.